

Nações e nacionalismos: possibilidades conceituais e seu papel na construção de consciências históricas

Nations and nationalisms: conceptual possibilities and their relevance in the construction of historical consciousness

Icles Rodrigues Rodrigues

Doutor em História

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

icles.rodrigues@gmail.com

Recebido: 15/11/2023

Aprovado: 10/06/2024

Resumo: O presente artigo busca propor definições para os conceitos de nação e nacionalismo a partir do debate conceitual entre autores adeptos de dois paradigmas de análise diferentes: o modernista e o etnossimbolista. Buscamos também discutir como o nacionalismo permeia as percepções públicas do que é história, sendo parte da construção de consciências históricas, e não pode ser encarado de maneira essencialista e descontextualizada, uma vez que ele não pode ser automaticamente encaixado no espectro político descolado da materialidade.

Palavras-chave: nações; nacionalismos; história pública.

Abstract: This article seeks to propose definitions for the concepts of nation and nationalism based on the conceptual debate between authors who adhere to two different analytical paradigms: the modernist and the ethno-symbolist. We also seek to discuss how nationalism permeates public perceptions of what history is, being part of the construction of historical consciousness, and cannot be seen in an essentialist and decontextualized way, since it cannot be automatically fitted into the political spectrum detached from materiality.

Keywords: nations; nationalisms; public history.

Há alguns anos, diferentes veículos de mídia mundo afora divulgaram o esperado resultado do “Brexit”, referendo feito no Reino Unido voltado a decidir pela saída ou permanência deste na União Europeia. O resultado favorável para os eurocéticos optando por deixar a união com o continente

rendeu dúzias de análises políticas, econômicas e culturais. Mais do que entender o contexto presente, o mundo tentava se preparar para o que viria pela frente com o resultado desta escolha.

Desde analistas conceituados a comentaristas de redes sociais, muitos tinham o que dizer sobre o assunto, ainda que nem todos com suficiente propriedade. As questões de caráter econômico, as implicações políticas, o possível efeito dominó em relação à saída de outros membros, o debate sobre a permanência da Escócia no Reino Unido, a possibilidade de reunificação da Irlanda, entre outras, tomaram de assalto jornais, revistas, sites e redes sociais. E tanto nas análises mais apuradas quanto nos discursos de senso comum, o nacionalismo estava presente tanto como força motriz de engajamentos políticos quanto como fenômeno a ser compreendido em suas particularidades no século XXI. Não poderia ser diferente, haja vista que este, como ideologia, está no cerne da forma como os chamados ‘eurocéticos’ veem a situação de seu país em relação à União Europeia. Ele é, portanto, um elemento fundamental para a compreensão de como se desenvolve parte da consciência histórica dos cidadãos britânicos acerca de como seu passado levou ao presente.

Entre 2022 e 2023, novamente, vimos eventos históricos de grande impacto flertando com as noções de nação e nacionalismo, como quando a Rússia invadiu a Ucrânia não apenas sob premissas difusas e pouco críveis de desnazificação, mas também para a defesa de grupos etnicamente russos vivendo em território ucraniano, disputado militarmente há quase dez anos pelos dois países, quando as cidades de Donetsk e Lugansk declararam-se como “repúblicas populares”. No ano seguinte, como reação a um ataque do Hamas em território israelense, Israel bombardeou a Faixa de Gaza, destruindo moradias e hospitais, vitimando milhares de civis de todas as idades e gêneros, jornalistas e funcionários das Nações Unidas. O ataque continua em curso durante a redação deste texto, e o sionismo, movimento político de caráter nacionalista, tornou-se pauta e motivo de disputas e brigas nas redes sociais. Uma vez mais vimos o nacionalismo presente tanto nas justificativas de invasores e invadidos, mas também percebemos o quão intrinsecamente ele está conectado com a consciência histórica destes povos.

Essas discussões públicas sobre nacionalismos não são descoladas de uma percepção sobre o passado, seja ela correta ou idealizada. Quando no ano anterior à invasão da Ucrânia o presidente russo Vladimir Putin argumentou em um artigo que Rússia, Ucrânia e Bielorrússia têm uma herança comum e que a Ucrânia é um produto da era soviética (PUTIN, 2021), o assunto foi abordado por jornais do mundo inteiro e se tornou motivo de acalorados debates públicos. Quando o Hamas atacou Israel próximo do aniversário de cinquenta anos da Guerra do Yom Kippur, e quando Israel e Palestina

justificam suas demandas políticas diante da guerra que se desenrola, é para certos eventos do passado que ambos olham, e uma vez mais o debate público é tomado pelo presente como consequência dos eventos de outrora.

Mas o que seria essa tal ‘consciência histórica’? Não cabe a esse artigo trazer todo o debate em torno desde conceito, mas não podemos seguir sem ao menos trazer alguma definição que seja aceita e reverberada pela comunidade acadêmica.

Este conceito é definido pelo historiador alemão Jörn Rüsen como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010, p. 57). Em outras palavras, é como uma determinada sociedade entende seu próprio passado, não apenas de maneira episódica, mas como um conjunto de processos que levaram seu mundo ao estado no qual ele se encontra.

Há diferentes maneiras pelas quais a consciência histórica de um grupo pode se desenvolver. Uma delas, bastante óbvia, é a educação formal em instituições de ensino. A maioria dos indivíduos das sociedades modernas frequentam escolas e nelas aprendem sobre o passado de sua nação e, talvez, de seu grupo étnico mais específico. É importante destacar que nem todos os grupos étnicos recebem o mesmo tratamento no ensino formal, e não raro vemos casos de grupos relegados a um segundo plano ou mesmo esquecidos nas salas de aula.

Uma segunda maneira de formação de consciência histórica se dá através da memória. Longe de ser sinônimo de uma lembrança como processo neurológico individual, a memória é fruto de um processo coletivo, resultado do entendimento de que as memórias de um determinado povo se desenvolvem coletivamente (HALBWACHS, 1990). A memória coletiva pode ser descrita como um intrincado sistema de recordações cujas bases residem nas redes interconectadas presentes nos circuitos de comunicação. Esse sistema contribui para a formação de um sentimento de solidariedade coletiva, destacando-se, sobretudo, em momentos de crise e pressão. Importante notar que essa coesão não surge espontaneamente, requerendo, pelo contrário, uma renovação constante para se manter viva e relevante. É, portanto, “da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação. Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas” (MENESES, 1992, p. 15).

Esta memória coletiva se forma também através do que a historiadora Alison Landsberg (LANDSBERG, 2004) classifica como “memória prostética” e o historiador Jay Winter (WINTER,

2006) chama de “memória terceirizada”, ou seja, memórias não derivadas de experiências vividas por aqueles que recordam. Para Landsberg, essas memórias circulam de maneira pública e, mesmo não sendo inerentemente orgânicas, são vivenciadas por meio do envolvimento com diversas expressões culturais, integrando-se às subjetividades individuais e às relações estabelecidas com o presente e o futuro. Esse fenômeno é viabilizado pelo avanço, característico do sistema capitalista, de uma cultura de massa que difunde imagens, narrativas e mitos relacionados ao passado (LANDSBERG, 2004, p. 25-26). Já para Winter, essas memórias terceirizadas seriam “teatros da memória”, pois “aqueles que não estiveram lá veem o passado não em termos de suas próprias memórias pessoais, mas sim em termos de representações públicas das memórias daqueles que vieram antes” (WINTER, 2004, p. 2).

No entanto, uma memória coletiva pode ser validada ou rechaçada por uma memória nacional. Esta se configura como uma memória unificadora, buscando promover uma harmonia ao mesmo tempo que suprime os conflitos, resultando não apenas de eventos históricos, mas também de aspirações filosóficas e ideológicas que visam à perpetuação da ordem social. Para o historiador, museólogo e arqueólogo Ulpiano Meneses, a memória nacional é “o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos” (MENESES, 1992, p. 15).

Uma terceira maneira pela qual um povo desenvolve sua consciência histórica se dá pela história pública. Conforme nos aponta Jill Liddington (ALMEIDA; ROVAI, 2011) a história pública é uma das maneiras pelas quais adquirimos nosso senso de passado, e isso acontece através das redes sociais e mídias que circulam entre elas como vídeos e *podcasts*, através de filmes, séries e programas de TV e também fora do mundo digital e das mídias audiovisuais, como a partir da já mencionada memória coletiva, mas também da paisagem, da imprensa, dos arquivos, das cerimônias públicas, discursos de autoridades, literatura, arte, ensino formal, entre outros meios. E diante do fato de que o discurso nacionalista sempre apela para experiências compartilhadas e interpretações do passado, é muito difícil que a história pública como prática de ensino ou pesquisa possa se desvencilhar do nacionalismo como componente de um entendimento público sobre histórias ditas ‘nacionais’, mesmo que a inevitabilidade dessa interseção gere um esforço de crítica.

Após a Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo como projeto político foi mal visto por intelectuais e estudiosos de diferentes espectros políticos, desde os conservadores que o consideravam um problema por seu potencial revolucionário aos socialistas, que o viam como uma ameaça à solidariedade internacional dos trabalhadores. E o motivo de tais desconfianças é que o fenômeno

possui características muito plurais, atravessando espectros políticos transversalmente, assentando-se em diferentes contextos com relativa facilidade. Mas se ele perpassa diferentes espectros, como defini-lo?

Para tal, dialogaremos com alguns estudiosos que já se debruçaram sobre o tema nas últimas décadas, tentando entender os principais paradigmas dos estudos a respeito não apenas dos nacionalismos, mas do próprio conceito de nação, haja vista que estes são indissociáveis. Mas antes disso precisamos delimitar seus aspectos institucionais definidores e entender os paradigmas de análise desse fenômeno.

Crítérios e paradigmas

Definições conceituais de qualquer natureza pressupõem critérios tanto de definição quanto de delimitação. Enquanto os primeiros ajudam a definir quais elementos obrigatoriamente precisam estar presentes em um fenômeno para que algo seja definido por um determinado conceito, os segundos definem quais elementos tornam o objeto de análise elástico demais para poder ser definido conceitualmente dentro da proposta.

No entanto, alguns conceitos são tão naturalmente flexíveis e são usados para definir experiências tão díspares entre si que uma definição objetiva sempre apresentará lacunas e brechas de questionamento, e o conceito de nacionalismo certamente é um deles, ao lado de outros como cultura ou populismo. Ele já foi abordado tanto de maneiras objetivas quanto subjetivas, e se a abordagem subjetiva pode ser a mais apropriada para uma análise conceitual, para aqueles que adotam o nacionalismo como categoria de análise acessória alguns critérios de definição básicos e alguma definição possível acaba sendo de extrema valia. Em uma abordagem objetiva temos algumas dimensões institucionais que são fundamentais para que um nacionalismo possa sequer ser definido como tal.

As seis principais dimensões institucionais ou marcadores objetivos que costumam ser levados em consideração como traços distintivos entre nações e cujas particularidades pautam os nacionalismos, conforme apresentados por Anthony D. Smith em sua obra *Nationalism and modernism* (1998), são:

- a) O Estado: a comparação de formas políticas, desde reinados a cidades-estados, às formas multiétnicas, democráticas e nacionais dos Estados modernos, contribui para revelar

o quão longe o sentimento de lealdade associado com tais formas pode ir. Ainda que as nações, em suas formas modernas, tenham surgido a partir da segunda metade do século XVIII, formas análogas, onde há características de ligação entre grupos de um mesmo recorte existem há mais tempo. Mesmo que um povo possa se definir como nação sem ter um Estado para chamar de seu, não é incomum que os mesmos pautem movimentos de independência.

b) **Território:** novamente podemos comparar formas de ligação territorial antigas com as modernas, a despeito das especificidades que as distinguem, e sem cair na tentação de traçar uma genealogia mecanicista, tampouco nos deixarmos seduzir por anacronismos. Ainda assim, sentimentos de lealdade associados a um território abundam na história mesmo antes dos modelos de nações atuais, e o foco territorial pode, por exemplo, ajudar a compreender como certas paisagens, regiões e locais sagrados podem contribuir para a geração de ideias de ‘Pátria-mãe’, ‘terra natal’ e território nacional, além das fronteiras criadas pelas distinções etnoculturais.

c) **Linguagem:** diante da inegável importância da linguagem para diversos teóricos do nacionalismo, devemos tentar entender como o sentimento nacionalista se alimenta da linguagem em diferentes momentos da história, o processo onde as línguas vernáculas ganham espaço e os movimentos que tentam reviver línguas que caem em desuso por conta de sua identificação étnica ou política (vide o caso do gaélico irlandês).

d) **Religião:** torna-se importante, dado o ressurgimento de nacionalismos que carregam um caráter religioso, entender como sentimentos de caráter étnico muitas vezes antigos e formas mais recentes de nacionalismo abraçam o componente religioso, trazendo às vezes ideais de ‘povo-eleito’ que possuem grande poder de mobilização.

e) **História:** fundamental na criação de nações, a história possui diferentes abordagens e caminhos de acordo com o contexto no qual se insere. A busca por uma ‘era de ouro’ passada que serve como modelo para o futuro, por exemplo, é recorrente em algumas retóricas nacionalistas, servindo de justificativa tanto para movimentos de emancipação quanto para projetos fascistas, e é a história – mais precisamente a apropriação e a idealização em torno desta – que dá aos artífices dos nacionalismos as ferramentas para a sustentação de tal retórica.

f) **Ritos e cerimônias:** cerimônias públicas, símbolos, festivais e rituais têm importante papel em certas nações no que concerne à manutenção de uma identidade coletiva e de solidariedade. A centralidade dos mitos de origem, lugares de monumentos ancestrais e

de rememoração, principalmente os que relembram dos heróis caídos e mortes gloriosas, requerem atenção.

g) Etnia: por vezes, grupos étnicos são bastante identificados com um único recorte geográfico tomado nação, uma homogeneidade étnica predominante que fornece importantes laços de conexão, vide os casos de Israel e Japão.

Embora a abordagem subjetiva não necessariamente rejeite estas dimensões institucionais, ela compreende que estes marcadores têm apenas uma relevância indireta e não são pré-requisitos absolutos. Por exemplo:

Há nações multilíngues, como a Suíça, e um mesmo idioma pode ser falado por várias delas, como por alemães, suíços e austríacos; existem nações espalhadas por um grande território não contíguo, como a grega ou alemã antes da Primeira e Segunda Guerra Mundiais, respectivamente. Além disso, alguns critérios são difíceis de definir, como “cultura compartilhada”, e podem até ser comuns a nações vizinhas. Movimentos nacionais afirmam ser uma comunidade compartilhada com uma cultura compartilhada, mas essas afirmações muitas vezes ignoram tanto a heterogeneidade interna quanto possíveis semelhanças culturais com vizinhos que talvez compartilhem o “núcleo” cultural, da música à culinária. Na melhor das hipóteses, os critérios objetivos das nações podem identificar características que são parcialmente compartilhadas pela maioria dos membros da maioria das nações e, assim, oferecer indícios com relação às bases sobre as quais as nações surgem. A dificuldade de identificar uma lista conclusiva de critérios sobre o que constitui uma nação também põe em evidência as limitações das definições objetivas de nação, pois os modos de exclusão e inclusão geralmente são arbitrários e historicamente condicionados (BIEBER, 2023, p. 17).

Contudo, embora estes marcadores não sejam estritamente necessários, eles ajudam a entender os meios pelos quais indivíduos sentem que pertencem a uma nação e tenham sentimentos de comunidade (BIEBER, 2023). Desta forma, entendemos que eles permanecem sendo úteis para nos oferecer certas direções, certos pontos de referência que nos ajudam a não nos perdermos em uma subjetividade absoluta e descolada da materialidade e das experiências vividas por comunidades, vejam elas a si mesmas como nações ou não.

Além do mais, o pertencimento nacional não é apenas uma característica de autoidentificação, uma vez que ele também pode ser atribuído por outros, seja por um Estado, seja por grupos nacionalistas que incluem ou excluem grupos baseados nestes marcadores. Logo, ao invés de serem

critérios objetivos obrigatórios e inescapáveis, estes são mais úteis se encarados como pontos cardeais, como caminhos possíveis de investigação.

Smith (1998), ao se debruçar sobre os estudos prévios a respeito do nacionalismo, concluiu que eles podem ser classificados em cinco principais paradigmas, classificação essa adotada também por Florian Bieber em *Nações e nacionalismos* (2023). Smith classifica os paradigmas da seguinte maneira:

a) Primordialista: tenta entender a paixão e o sacrifício por nações e nacionalismos como derivados de atributos ‘primordiais’ de fenômenos socioculturais básicos como a linguagem, religião, território e especialmente parentesco. Sua principal contribuição se dá ao trazer à discussão a importância das ligações entre a etnia e parentesco, ou ainda entre etnia e território, capazes de gerar poderosos sentimentos de pertencimento coletivo. Um objeto frutífero para uma abordagem primordialista, por exemplo, é o caso de Israel.

b) Perennialista: vê as nações como frutos de um processo de longa duração e tenta compreender o papel das mesmas como componentes a longo-prazo do desenvolvimento histórico. Tende a encarar as nações modernas como oriundas de laços étnicos fundamentais, ao invés de processos de modernização. Tal abordagem contribui para o entendimento de funções de linguagem e laços étnicos e o poder dos mitos de origem e metáforas familiares no que concerne ao apoio popular aos nacionalismos, mas também atende a interesses de grupos nacionalistas excludentes que buscam em um passado distante, mitológico e inventado, suas justificativas de excepcionalidade e exclusão do outro. Muitas de suas concepções são diametralmente opostas à abordagem seguinte.

c) Modernista: este paradigma busca compreender como nações e nacionalismos derivam de processos modernos romantizados, como a criação de Estados-nação à luz do contexto político e processos históricos da Europa entre a Paz de Westfália e a Revolução Francesa. Segundo os modernistas, nações e suas elites mobilizam e unem nações de maneira romanceada, de modo a criar uma unidade que facilite o cenário político e seus imperativos sociais. Portanto, estes estudam atividades ritualizadas, simbolismos e discursos que reforçam o panorama nacional de modo a atender às ordens sociais vigentes. Alguns dos trabalhos sobre o nacionalismo mais influentes presentes no Brasil partem desta perspectiva, como *A invenção das tradições* (HOBSBAWM, RANGER, 2008), *Nações e nacionalismos desde 1780* (HOBSBAWM, 2011) e *Comunidades imaginadas* (ANDERSON, 1991).

d) Etnossimbolista: podendo ser encarado como um híbrido entre o paradigma Primordialista e o Modernista, e procura descobrir o legado simbólico de identidades étnicas para determinadas nações e mostrar como nacionalismos modernos e nações redescobrem e reinterpretam símbolos, mitos, memórias, valores e tradições de suas etnohistórias, realizando uma ligação étnica e nacional. Busca compreender como os nacionalistas redescobrem e usam o repertório etnossimbólico para fins nacionais, principalmente os mitos e memórias de uma suposta eleição étnica, sacralidade territorial, destino coletivo e de uma ‘era de ouro’ passada.

e) Pós-modernista: sugere uma fragmentação de identidades nacionais, sucedida de identidades políticas e uma cultura global ‘pós-nacional’. Traz um importante foco nas dinâmicas nacionais internas em relação às diferentes identidades que deve ser levado em consideração, mas costuma encarar o fenômeno dos nacionalismos como decadente, opinião da qual discordamos.

Partindo dessa classificação proposta por Smith e adotada por Bieber, e dada a aparente proeminência acadêmica dos autores modernistas no Brasil, focaremos nossos esforços em apresentar as principais proposições das obras anteriormente citadas de Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, buscando entender no que a perspectiva etnossimbolista de Anthony D. Smith discorda dos modernistas, e se essa discordância faz sentido ou apresenta, ela mesma, lacunas dignas de nota.

Os modernistas e a crítica etnossimbolista

Ambos os autores, Hobsbawm e Anderson, concordam que nações são construídas, e tal qual Ernst Gellner – outro influente modernista que se debruçou sobre os nacionalismos e influenciou os estudos subsequentes –, creem serem as nações frutos dos nacionalismos, e não o contrário. E para tal fim, a ‘invenção de tradições’ acaba sendo uma prática não apenas útil, mas necessária. E para dar a devida definição desta, Eric Hobsbawm afirma:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Exemplo notável é a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do Parlamento britânico no século XIX, assim como a decisão igualmente deliberada, após a II Guerra, de reconstruir o prédio da Câmara

partindo exatamente do mesmo plano básico anterior (HOBSBAWM; RANGER, 2008, p. 9).

Para se referir a um nacionalismo vindo ‘de baixo’, Hobsbawm apresenta o termo ‘protonacionalismo’, destinado a descrever as ligações de grupos pertencentes a nações, a partir de critérios anteriormente apresentados como a língua, etnia e, de forma mais forte, o pertencimento a instituições políticas duráveis e historicamente estabelecidas, entre outros (HOBSBAWM, 2011).

Anthony Smith, contudo, tece duras críticas aos dois trabalhos citados de Hobsbawm (levando em conta que, do livro *A invenção das tradições*, apenas as partes escritas pelo autor ganharam maior atenção). Primeiramente, Smith acredita que Hobsbawm deixa em segundo plano memórias populares e crenças a respeito de parentesco, ancestralidade, origens e ‘eras de ouro’, enxergando-as como fabricadas ou irrelevantes. Ele também veria as ‘massas’ a partir de um prisma hegeliano onde a população é um ‘povo sem história’, “onde apenas memórias de um Estado anterior podem ser estendidas para as massas e prover a base para nacionalismos e estados futuros” (SMITH, 1998, p. 127).²² O conceito de protonacionalismo seria um conceito ‘natimorto’, haja vista que as ligações protonacionais não teriam extensão política, sendo assim incapacitadas de oferecer as bases para uma subsequente nação, salvo em casos como a Rússia onde existam mitos de uma terra sagrada e de uma ligação entre o povo – também sagrado – e seu reino (SMITH, 1998).

Smith continua:

Talvez mais séria seja a implicação de que esta passividade das massas deva ter sua contrapartida na manipulação das elites, que as emoções de uma massa inerte estão esperando para ser despertadas e canalizadas pelas elites como parte de um exercício de engenharia social. Essa é uma visão muito racionalista da conduta humana. Além de assumir que os estratos populares carregam poucas tradições e crenças originárias, ou como são apenas locais, essa visão não consegue explicar a paixão e fervor de seguidores em massa pelos movimentos nacionalistas, e a frequente boa vontade por parte dos iletrados e pobres de fazer grandes sacrifícios e mesmo cortejar a morte para defender seus países e expulsar tiranos (SMITH, 1998, p. 128).²³

²² No original: “in which only memories of earlier statehood can be extended to the masses and provide the basis for later nationalisms and states” (tradução livre do autor).

²³ No original: “Perhaps more serious is the implication that this passivity of the masses must have its counterpart in the manipulations of the elites, that the emotions of an inert mass are waiting to be aroused and channeled by elites as part of an exercise in social engineering. This is a very rationalist view of human conduct. Apart from assuming that the popular strata carry few indigenous traditions and beliefs, or such as are only local, this view fails to account for the passion and fervor of mass followings for nationalist movements, and the frequent willingness on the part of the unlettered and poor to make great sacrifices and even court death to defend their countries and drive out tyrants” (tradução livre do autor).

Quanto às ‘tradições inventadas’, Smith afirma, sem negar que invenções e construções existam, que muitas destas só ressoam entre a população porque se baseiam em tradições e elementos anteriores, despertando o interesse e/ou empatia do público. Além do mais, a conotação de artificialidade do termo ‘invenção’, como algo fabricado do nada, prejudicaria seu uso, pois chamar certas tradições de ‘inventadas’ não faria justiça à complexidade de suas reconstruções e reinterpretações por parte do público (SMITH, 1998). Em outras palavras, haveria uma consciência histórica prévia nos povos que lhes fornece elementos prévios para o sentimento de pertencimento nacional, que não deve ser reduzido a uma imposição ou manipulação vertical.

Apesar dos méritos da análise de Smith, suas críticas a Hobsbawm e ao paradigma modernista parecem superestimar as escolhas individuais em relação aos movimentos dos Estados em estabelecer as balizas culturais, linguísticas, territoriais, identitárias, etc. Os Estados nacionais modernos necessitam de um senso de cultura compartilhada que forneça o sentido de lealdade e pertencimento. Logo, é principalmente ele quem detém o poder de estipular o que é “tradicional” ou não através de cerimônias, datas comemorativas, apropriações memorialísticas, entre outras práticas que façam com que, aos olhos de seus residentes, o Estado deixe de ser apenas um aparato impessoal no qual se concentram os poderes, para se tornar também um objeto de reverência.

E ainda que esse processo precise perpassar um diálogo entre a cultura, os ritos, língua e outras características da população para com o Estado como instituição, esse diálogo tende a ser ditado pelo Estado como entidade de forma vertical e institucionalizada, sendo o diálogo com extratos culturais prévios das populações feitos apenas na medida em que são necessários como componentes familiares aos indivíduos. A nação “se situa na interseção entre a escolha individual e a aceitação coletiva. Os indivíduos têm que se identificar com uma nação, mas para ser efetiva, essa identificação requer o consentimento da comunidade mais ampla” (BIEBER, 2023, p. 20). Contudo, o poder do Estado de encampar o esforço de aceitação coletiva na construção de uma consciência histórica ou mesmo de impô-la não pode ser subestimado.

Como dito anteriormente, por vezes essa verticalização é posta em andamento através de cerimônias públicas, discursos de autoridades, da indústria cultural e outros meios de popularizar memórias nacionais, coletivas e prostéticas. Dessa forma, sujeitos diversos sem nenhuma relação aparente sentem-se integrantes de uma mesma nação por conta de memórias que não são suas, mas sim herdadas de uma coletividade que, ao passar essa memória para as futuras gerações, faz com que estas desenvolvam a consciência de que estas memórias são também suas.

Uma outra forma também já mencionada através da qual essa verticalização é colocada em prática é a educação e alfabetização formal, encampadas pelas autoridades oficiais. Esta percepção é parte fundamental das reflexões de Benedict Anderson sobre a questão da construção nacionalista oriunda das elites e as respostas por parte das ‘massas’, dando maior espaço às dimensões subjetivas e à cultura. Para o autor, nações são ‘comunidades imaginadas’, cujos membros são fortemente ligados por fatores como os que citamos anteriormente, mas especialmente pela linguagem e pela morte. As mortes e tragédias transformam a fatalidade em continuidade, ligando os mortos aos não-nascidos.

Para Anderson, portanto, a nação seria “uma comunidade política imaginada – e imaginada tanto inerentemente limitada quanto soberana” (ANDERSON, 1991, p. 6).²⁴ Estas são imaginadas porque “mesmo os membros da menor das nações nunca conhecerão a maioria dos seus membros, encontra-los, ou mesmo ouvirá falar deles, e ainda assim, nas mentes de cada um deles vive a imagem de sua comunhão” (ANDERSON, 1991, p. 6).²⁵

Para Anthony D. Smith (1998), entanto, a noção de ‘comunidades imaginadas’, sofreria de um problema semelhante ao da noção de ‘invenção das tradições’, posto que ‘invenção’ e ‘imaginação’ são termos facilmente tratáveis em termos de ‘ilusão’, algo desligado do contexto material das nações ou suas ‘tradições’. Anderson também dá a entender que a nação, ao carecer de suas representações culturais ‘imaginadas’, não se sustentaria, pois essa seria apenas uma soma de representações culturais, ignorando as instituições, economia, entre outros aspectos que mantém a coesão social na vida material cotidiana. Além do mais, para seu povo, uma nação não é apenas imaginada, mas vivida e sentida.

Smith argumenta que o critério de Anderson em relação à linguagem e ao papel da escrita na definição de uma mentalidade nacional, especialmente quando essa escrita vem das elites, relega a um segundo plano elementos como etnia, religião, entre outros, apontando a língua como a principal definidora da nação. Para Smith, isso é tão aberto que qualquer ‘comunidade imaginada’ (uma cidade-estado, um reino ou um império colonial com uma única língua) poderia ser chamada de nação por seus membros.

Comunidades nacionais proveem grandes narrativas históricas e linguísticas, que são vitais para sua sobrevivência e renovação. Mas elas contêm muito mais do que isso – símbolos, mitos, valores e memórias, ligações, costumes e tradições, leis, instituições,

²⁴ No original: “an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign” (tradução livre do autor).

²⁵ No original: “the members of even the smallest nation will never know of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion” (tradução livre do autor).

rotinas e hábitos – todos componentes da complexa comunidade que é uma nação (SMITH, 1998, p. 137).²⁶

Nesse sentido, há convergência entre as proposições de Anthony D. Smith e o sociólogo Manuel Castells. Este, ao discutir o papel da ideia de ‘identidade’, resgata alguns dos trabalhos aqui citados a respeito dos nacionalismos e tece uma importante crítica ao conceito de ‘comunidades imaginadas’ de Anderson. Castells prefere se referir a um conjunto de ‘imagens comunais’, pois sua concepção parte do pressuposto que o senso de pertencimento comunal surge das experiências compartilhadas, não de elementos em comum isolados como etnia ou língua.

Como exemplo, o autor cita os Estados Unidos e o Japão como dois países onde o sentimento nacionalista tem grande força, mas do ponto de vista étnico são diametralmente opostos: enquanto o Japão é uma das comunidades mais homogêneas do mundo nesse sentido, os EUA são profundamente heterogêneos. Enquanto isso, regiões onde uma identificação nacional própria é existente e há considerável homogeneidade étnica e linguística, além de ideias mais ou menos definidas de território, como a Catalunha, Quebec, e Palestina, não conseguiram se converter em Estados (CASTELLS, 2001).

No entanto, cabe argumentar que nesses três exemplos os movimentos nacionalistas não conseguiram converter suas regiões em Estado não pela falta de força ou coesão nacionalista, ou pela fraqueza das ligações possíveis derivadas de língua e etnia, mas porque há resistências externas cuja força não pôde até hoje ser superada. A província de Quebec precisa enfrentar a resistência do Estado canadense; os catalães precisam passar por cima dos interesses da Espanha, que não querem perder uma de suas regiões mais ricas e lucrativas; e os palestinos há séculos buscam por reconhecimento de seu Estado enquanto lutam contra o expansionismo nacionalista de Israel. Não ser capaz de superar o poder desses Estados não é um sinal de fraqueza dos elementos objetivos que permeiam a ideia de sentimento nacional.

O historiador Patrick J. Geary (2005) também tece críticas ao trabalho de Anderson. Para o autor, ainda que não seja equivocado se referir a grupos ou classes que inventam tradições e ligações em benefício próprio, e que haja algum grau de ‘imaginação’ em diversas comunidades,

seria absurdo sugerir que, pelo fato de essas comunidades serem em certo sentido “imaginadas”, elas devam ser descartadas ou trivializadas, ou deduzir que “de certa

²⁶ No original: “National communities do purvey great historical and linguistic narratives, which are vital to their survival and renewal. But they contain much else besides—symbols, myths, values and memories, attachments, customs and traditions, laws, institutions, routines and habits—all of which make up the complex community of the nation” (tradução livre do autor).

forma imaginadas” seja sinônimo de “imaginárias” ou “insignificantes”. Mesmo que as formas específicas de Estados-nações de base étnica dos dias de hoje tenham de fato sido geradas pela imaginação de românticos e nacionalistas do século XIX, isso não significa que outras formas de nações imaginadas não tenham existido no passado – formas tão poderosas como as do mundo moderno, mesmo que muito diferentes. Acadêmicos, políticos e poetas do século XIX não inventaram o passado do nada. Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças preexistentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade ou autonomia política. Além disso, mesmo que essas comunidades sejam em certo sentido imaginadas, elas são bem reais e muito poderosas: todos os fenômenos históricos importantes são de certa forma psicológicos, e os fenômenos mentais – do extremismo religioso à ideologia política – provavelmente mataram mais gente do que qualquer outra coisa, com exceção da peste negra (GEARY, 2005, p. 28-29).

Para Geary, contudo, mesmo que haja algum respaldo histórico nas histórias, memórias e vivências dos povos, mitos nacionais são seguidamente utilizados com fins políticos e econômicos, tanto que o autor dedica toda a obra *O mito das nações: a invenção do nacionalismo* a desmistificar histórias passadas nas formas em que elas são usadas no presente para reforçar identidades e, conseqüentemente, alteridades, especialmente a partir de parâmetros étnicos, como ocorre no paradigma perenialista de estudo dos nacionalismos. O autor é enfático: “Essa pseudociência [o nacionalismo étnico] destruiu a Europa duas vezes, e ainda pode fazê-lo novamente” (GEARY, 2005, p. 24).

Com seu foco na agência dos sujeitos que fazem parte de nações ou territórios onde há um sentimento nacionalista distinto, o paradigma etnossimbolista tem sua eficácia questionada. Como proposição sociológica, sua abordagem pode ser sintetizada a partir dos seguintes pressupostos: derivação dos Estados nacionais modernos em comunidades étnicas predecessoras; derivação de mitos de descendência e memórias compartilhadas em uma consciência histórica e personificadas em diversos símbolos, costumes e valores; a construção da identidade nacional atrelada ao conteúdo desses símbolos culturais, que dão os limites dessa identidade; a preocupação dos indivíduos dessas nações com seus mitos, memórias, culturas, etc.

E um dos principais problemas deste paradigma é que, se por um lado ele põe em jogo a agência dos sujeitos de uma nação, que não deve ser ignorada, por outro as características que acabamos de citar são muito difíceis de atestar empiricamente com suportes que não sejam eles mesmos enviesados a partir de discursos muitas vezes verticais.

Para Glyn Morgan (2005), a falta deste suporte empírico faz com que o etnossimbolismo se ancore na assertiva de que indivíduos se preocupam com seus mitos, discurso este que é o carro chefe dos discursos dos nacionalistas mais ardentes. E como afirmar que estes discursos tantas vezes chauvinistas brotaram unicamente de sentimentos de pertencimento e uma consciência histórica compartilhada quando estes são constantemente manipulados pelas retóricas políticas nacionais?

Por mais que estas retóricas não sejam inseridas nos indivíduos partindo do zero, dependendo de um estofo inicial ancorado nas características de identificação nacional já mencionadas, a retórica das autoridades pode condicionar o discurso dos indivíduos, apropriando-se das identidades para seus fins. No fim das contas, o conceito novamente seria analisado a partir de sua inserção verticalizada na sociedade, da forma como os modernistas encaram a questão.

Outro ponto que enfraquece a crítica etnossimbolista ao paradigma modernista é que a conexão central entre nacionalismo e Estado é fundamental para entender o fenômeno do nacionalismo. Mesmo reivindicações de autogoverno partindo de nações sem Estado normalmente partem da demanda de reconhecimento de status equivalente a um, “seja transformando um já existente em Estado-nação, juntando unidades menores ou se separando de Estados multinacionais maiores” (BIEBER, 2023, p. 40).

A instituição de uma educação formal que torna o idioma e a alfabetização em ferramentas de propagação do nacionalismo, um exército permanente de ‘nacionais’ como força de defesa do Estado-nação e uma administração centralizada propagadora de ideais, cerimônias e discursos memorialísticos coletivos são componentes fundamentais na propagação e solidificação do nacionalismo. E foi o Estado moderno quem melhor sintetizou estes elementos, mesmo que alguns deles já existissem de formas distintas, e isso levando em conta que a existência de um Estado moderno não garante o surgimento de um sentimento de pertencimento efetivamente nacional (BIEBER, 2023).

Diante do problema da relação entre a verticalização da retórica nacionalista e a agência dos indivíduos, uma pergunta permanece, a despeito das convergências e divergências dos diferentes paradigmas de estudos sobre os nacionalismos: a que interesses eles atendem?

A quem interessa o nacionalismo?

Sendo de vital importância para a compreensão de eventos-chave da história do século XX, não é prudente estigmatizar o nacionalismo como essencialmente progressista ou conservador

desligando o conceito do contexto. Segundo Frank M. Turner (2014), os nacionalismos desafiam todas as visões universalistas de mundo, sejam elas religiosas, liberais ou socialistas, ainda que entendamos que a partir do fim da Guerra Fria e o acelerado processo de globalização pelo qual o mundo tem passado as rugas entre os nacionalistas e os proponentes do livre mercado tenham arrefecido em alguns contextos por confluência de interesses pontuais. Para Bieber (2023), o nacionalismo antagoniza diretamente o universalismo; ao contrário deste último que enfatiza a cooperação entre todos os seres humanos e suas semelhanças, o nacionalismo dá destaque para a proximidade e a cooperação entre os membros de uma nação. E quase todas as ideologias políticas contemporâneas possuem tanto expressões nacionalistas quanto universalistas (BIEBER, 2023).

Para Aijaz Ahmad (2002), o nacionalismo é um fenômeno que entra, pelo menos a partir de 1940, numa disputa triangular com o capitalismo e o socialismo,

numa dialética estranhamente assimétrica na qual nem o capitalismo nem o socialismo foram capazes de se desviar da questão do nacionalismo porque o próprio nacionalismo não consegue encontrar sua própria materialidade e seu conteúdo concretos nesses tempos fora do conflito de classes [...] (AHMAD, 2002, p. 12).

Para o autor, textos nacionalistas podem atender tanto a nacionalismos conservadores destinados a manter um *status quo*, advogando homogeneidade, pureza e condições excepcionais de distinção perante o ‘Outro’, quanto progressistas, como os nacionalismos anti-imperialistas e anticoloniais que emancipam e politizam os povos aos quais estes pertencem, muitas vezes oriundos do Sul Global. Os nacionalismos, portanto, não possuiriam essência própria que determine sua trajetória: ao invés disso, sua essência lhe é dada pelos grupos que se apropriam deles.

Não podemos deixar de tratar do uso do nacionalismo pela esquerda política sem mencionar como exemplo as experiências socialistas do século XX e XXI – ou pretensamente socialistas, dependendo da opinião de cada analista. Grande parte delas fez uso de retórica fortemente nacionalista diante das necessidades pragmáticas nacionais, como a União Soviética no contexto de autodefesa após a Operação Barbarossa em 1941, a Coreia do Norte diante dos eventos que se seguiram ao cessar-fogo de 1953, Cuba diante das diversas tentativas de desestabilização encampadas pelos Estados Unidos ou mesmo a Venezuela de Nicolás Maduro diante das pressões externas e internas, ainda que o caráter socialista ou não do regime de Maduro esteja longe de ser um consenso dentro da própria esquerda. De qualquer forma, essas experiências precisam ser mencionadas porque embora o socialismo tenha

em suas origens uma essência internacionalista, o dito ‘socialismo real’ se apega à ideia de nação e fomenta o nacionalismo como estratégia de sobrevivência.

A ideia de que “cada nacionalismo está sempre *situado* em conjunturas históricas específicas e projetos de classe específicos” (AHMAD, 2002, p. 225) [Grifo do autor] defendida por Ahmad é de grande valia. Questiona as proposições de que os nacionalismos são essencialmente burgueses, levando em conta que os pobres, os derrotados, os sitiados, entre outros, possuem seu lugar na história dos nacionalismos, muitas vezes como protagonistas e não apenas como ‘massa de manobra’ para elites manipuladoras de sentimentos. *O autoentendimento de um povo como forjado na resistência ou em uma revolução também é parte integrante fundamental da construção de consciências históricas*, seja em países com regimes de esquerda como Cuba onde se construiu o entendimento de que os cidadãos são atores ativos de construção permanente da revolução ou em países com um histórico de conservadorismo político como a Polônia após 1989, onde se construiu a consciência de um povo que nunca se rende aos seus vizinhos invasores.

Além do mais, a retórica nacionalista das elites tende a aglutinar indivíduos de um mesmo país, mas com experiências, poder aquisitivo e vivências totalmente distintas sob uma característica que pouco enraizamento tem em suas vidas materiais, como etnia, por exemplo. “Um vendedor ambulante judeu no Lower East Side passa então a ter algo mais fundamentalmente em comum com um magnata judeu de Wall Street do que todos os vendedores ambulantes de diferentes grupos étnicos poderiam jamais compartilhar” (AHMAD, 2002, p. 235).

Além do mais, não podemos descartar a distinção entre o nacionalismo cívico e étnico. Enquanto o primeiro inclui como nacionais sujeitos etnicamente distintos outrora considerados como não pertencentes à nação, o outro delimita quem são os ‘nacionais’ especificamente a partir da etnia, uma postura excludente logo na largada. Enquanto o nacionalismo cívico tende a se basear mas no conceito de *ius soli*, ou seja, a cidadania definida pela terra onde se nasce (caso do Brasil), o nacionalismo étnico se baseia no *ius sanguis*, uma cidadania definida pela origem étnica e cidadania dos pais. Esta distinção precisa ser identificada em qualquer análise de nacionalismos específicos como fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos, e nada garante que uma delas estará automaticamente alinhada à esquerda ou à direita no espectro político. Cada caso precisa ser avaliado individualmente.

E essa multiplicidade de possibilidades de inserção do nacionalismo em diferentes pontos do espectro político tem tudo a ver com o fato de que indivíduos, grupos e movimentos sociais têm a

agência de, confrontados com o passado, interpretá-lo a partir de seus próprios valores, podendo abraça-lo ou rechaça-lo. Por conta disso, é importante termos sempre em mente que a despeito de todos os debates acadêmicos sobre nações e nacionalismos, incluindo aqueles que não figuraram neste artigo, os historiadores e cientistas sociais não são os balizadores de como uma sociedade ou diferentes grupos leem ou interpretam esses fenômenos. A consciência histórica não só pauta como é pautada pelos nacionalismos em uma relação de retroalimentação, gostemos ou não dos resultados disso para as sociedades onde esse fenômeno ocorre. De acordo com José Newton Coelho Meneses na coletânea *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*:

Todas as narrativas sobre o passado têm impregnadas em si alguns valores comuns, diria mesmo desejos partilhados: a ligação com uma origem antiga, a compreensão da atualidade, a expectativa do devir. É, no fundo, um desejo de segurança do homem, dada pelo equilíbrio de construções em tempos de passado, presente e futuro. É uma temporalidade com força de domínio sobre todas as suas expressões; [...] essa narrativa pertence a todos e não apenas ao historiador. Ela é componente de todos os discursos em todas as suas formas de expressão. (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 328).

A partir destas conclusões, e admitindo a possibilidade de lacunas como quaisquer outras definições de fenômenos complexos, definimos a nação como uma comunidade ligada por experiências em comum (atreladas a aspectos de vivência em comunidade como língua, etnia, religião, história comum, ritos e cerimônias, entre outros, mas não necessariamente todos simultaneamente) e localizada dentro de um recorte geográfico de delimitações políticas que podem ou não ser de caráter estatal. A nação é detentora de uma centralidade política, independentemente de sua homogeneidade ou heterogeneidade linguística e cultural.

Já o nacionalismo é uma ideologia maleável de predominância política, cultural e/ou étnica em relação a um Outro (que pode até ser seu dominador ou subalterno), que não necessariamente respeita fronteiras políticas estatais, tem uma base de experiências compartilhadas e memórias coletivas, parâmetros de definição fluídos e situacionais e que não necessariamente depende de um Estado soberano já estabelecido para existir, mesmo que normalmente este seja o caso.

Esta discussão certamente não esgota um assunto tão complexo, longo e importante como o nacionalismo, já que este, para Frank M. Turner (2014), seria a ideologia política mais poderosa da Europa no século XIX e o início do século XX. Este momento de ápice de poder foi justamente o momento em que o nacionalismo se espalhou pelo mundo, servindo de inspiração tanto para

revoluções quanto para as maiores demonstrações de ódio e intolerância da história. E embora não devamos cair em uma abordagem eurocêntrica de achar que o que é importante para a Europa é necessariamente importante para todo o mundo, é inegável que sua exportação para todos os cantos do planeta durante seu ápice pelo colonialismo europeu em sua fase mais agressiva transformou o nacionalismo em um fenômeno global, pois dialogava diretamente com o ressentimento e os anseios gerados nesses povos pela própria empreitada colonial.

Até certo ponto, ao justificar suas empreitadas coloniais com argumentos de superioridade nacional (e racial) e, no processo, inserir o nacionalismo no léxico dos povos oprimidos, os europeus ofereceram aos povos colonizados uma forma de antídoto para seu próprio veneno, e das mais diferentes maneiras, o nacionalismo ainda hoje acaba caindo na boca do povo e molda as percepções públicas no processo de entendimento e desenvolvimento de consciências históricas.

O estudo das nações e nacionalismos carrega consigo muitas perguntas sem resposta, ou cujas respostas não dão conta de cobrir todos os seus aspectos, tendo em vista a passagem do tempo e as novas questões que brotam no século XXI. A situação da própria União Europeia, a permanência de movimentos separatistas pelo mundo, a ascensão de movimentos e partidos de extrema-direita, os debates políticos de base nacionalista ou antinacionalista cada vez mais acalorados que trazem conceitos e ideologias para o léxico cotidiano, as demandas descoloniais e as duas guerras em andamento na Ucrânia e na Palestina são exemplos significativos da necessidade de se entender o nacionalismo de forma contextualizada em nosso presente e componente intrínseco na construção de consciências históricas, ao invés de encará-lo como um fenômeno do passado ou mero produto europeu alheio aos interesses e lutas do Sul Global.

Referências bibliográficas:

AHMAD, Aijaz. **Linhagens do presente**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. 2a ed. London: Verso, 1991.

BEAR, I.C.B; FOOT, M. R. D. (org). **The Oxford companion to World War II**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

- BIEBER, Florian. **Nações e nacionalismos**: uma história global do sentimento nacional, dos extremismos e dos conflitos. São Paulo: Contexto, 2023.
- CASTELLS, Manuel. **La era de la información**: economía, sociedad y cultura. Vol II: el poder de la identidad. Ciudad de México: Siglo veintiuno editores, 2001.
- GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Saraiva de Bolso, 2011.
- _____, Eric; RANGER, Terrence. **A invenção das tradições**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LANDSBERG, Alison. **Prosthetic Memory**: The transformation of American remembrance in the age of mass culture. Nova York: Columbia University Press, 2004
- MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org). **História pública**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MENESES, U. T. B. de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23. dez. 1992
- MORGAN, Glyn. **The idea of a European superstate**: public justification and European integration. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- PUTIN, Vladimir. Article by Vladimir Putin “On the Historical Unity of Russians and Ukrainians”. **President of Russia**, 2021. Disponível em <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>> Acesso em 15 Nov. 2023.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2010.
- SMITH, Anthony D. **Nationalism and modernism**: a critical survey of recent theories of nations and nationalism. Londres: Routledge, 1998.
- TURNER, Frank M. **European intellectual history from Rousseau to Nietzsche**. New Haven e Londres: Yale University Press, 2014.
- WINTER, Jay. **Remembering War**: The Great War between Memory and History in the twentieth century. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.